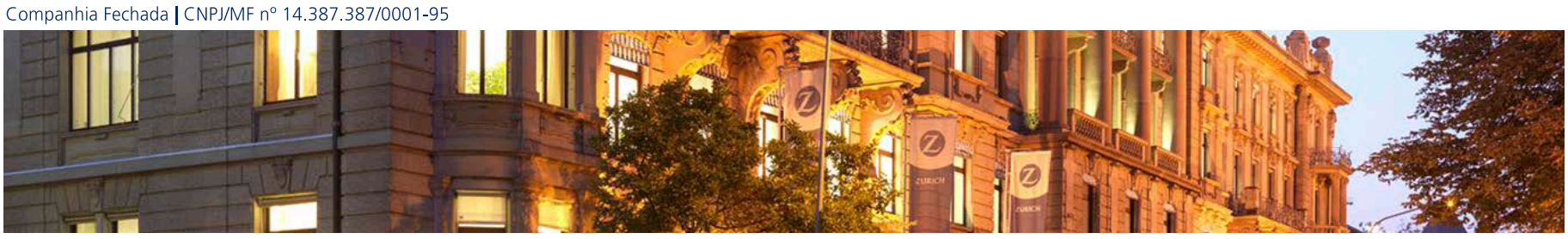
Zurich Resseguradora Brasil S.A.

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 14.387.387/0001-95



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Zurich Resseguradora Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Segundo a legislação societária, fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado.

Investimentos

Os investimentos em títulos de renda fixa, variável e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício de 2016 o montante de R$ 569.376 mil (R$ 502.947 mil em 2015). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Provisões Técnicas

O valor contabilizado das provisões técnicas ao final do exercício de 2016 atingiu R$ 1.027.502 mil (R$ 994.823 mil em 2015) enquanto que os ativos de retrocessão ficaram em R$ 642.970 mil (R$ 609.623 mil em 2015). Os ativos de retrocessão redutores de cobertura somados aos direitos creditórios somam o total de R$ 681.804 mil em 2016 (R$ 657.656 mil em 2015) totalizando uma suficiência de garantia das provisões técnicas de R$ 223.678 mil em 2016 (R$ 165.780 mil em 2015).

Contexto Operacional

Em 25 de julho de 2011 o Grupo Zurich submeteu à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) o pedido de autorização para funcionamento de uma resseguradora local. Em 11 de agosto de 2011, foi constituída como sociedade limitada, com a razão social "Zurich Re Participações Ltda".

Em 06 de janeiro de 2012, através da portaria nº 4.378 de 05 de janeiro de 2012, a SUSEP concedeu autorização para a companhia operar como resseguradora local, bem como aprovou a alteração de seu tipo societário de limitada para sociedade anônima, alterando a razão social para Zurich Resseguradora Brasil S.A..

Em 01 de janeiro de 2013, após o período de preparação, a Resseguradora iniciou suas operações como ressegurador local, oferecendo capacidade apenas à Seguradora do grupo Zurich no Brasil. Apenas em novembro de 2016, a Resseguradora abriu as suas operações ao mercado, passando a aceitar negócios de empresas fora do seu conglomerado.

Desempenho Operacional

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. apresentou um lucro líquido do exercício de R$ 46.111 mil em 2016 (R$ 14.784 mil em 2015).

O volume de negócios emitidos no exercício de 2016 atingiu R$ 506.062 mil e os prêmios ganhos atingiram R$ 545.272 mil (R$ 622.022 mil de prêmios emitidos em 2015 e R$ 621.018 mil de prêmios ganhos).

Quanto às operações de retrocessão, as despesas atingiram R$ 280.900 mil e as receitas de retrocessão R$ 227.814 mil no exercício de 2016 (R$ 277.698 mil de despesas em 2015 e R$ 318.601 mil de receitas).

O índice de sinistralidade geral ficou em 86,27% em 2016, e 107,49% em 2015.

Os índices de despesas administrativas e despesas com tributos, representaram 3,60% dos prêmios ganhos em 2016 e 3,67% em 2015.

Controles Internos e *Compliance*

O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos baseada em *Sarbanes-Oxley* (SOX), para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe SOX, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles.

Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de *Group Risk Management*, permitindo uma gestão adequada destes controles.

A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich.

Quanto à estrutura de *Compliance*, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências, e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de *Compliance* a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo.

Também é de responsabilidade do *Compliance* a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de *Compliance* na empresa e o monitoramento do cumprimento dos *standards* do Grupo Zurich.

Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Na opinião da administração, estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Zurich Resseguradora Brasil S.A..

Agradecimentos

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE		**1.078.291**	**933.286**
Disponível		**8.497**	**2.029**
Caixa e bancos	5	8.497	2.029
Aplicações	6	**305.100**	**82.194**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**158.528**	**271.411**
Operações com seguradoras	7(a)	157.150	271.377
Operações com resseguradoras	7(b)	1.378	34
Ativo de retrocessão – provisões técnicas	8(a)	**603.959**	**572.469**
Títulos e créditos a receber		**2.117**	**5.183**
Créditos tributários e previdenciários	9(a)	2.117	5.183
Custos de aquisição diferidos		**90**	**–**
Resseguros		90	–
NÃO CIRCULANTE		**305.334**	**458.305**
Aplicações	6	**264.276**	**420.753**
Ativo de retrocessão – provisões técnicas	8(a)	**39.011**	**37.154**
Títulos e créditos a receber		**1.848**	**–**
Créditos tributários e previdenciários	9(c)	1.848	–
Intangível		**199**	**398**
Outros intangíveis	11	199	398
TOTAL DO ATIVO		**1.383.625**	**1.391.591**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE		**1.087.718**	**1.156.865**
Contas a pagar		**25.704**	**7.990**
Obrigações a pagar		3.516	2.139
Impostos e encargos sociais a recolher		1.590	5.209
Impostos e contribuições		478	522
Outras contas a pagar		120	120
Débitos de operações com seguros e resseguros		**73.783**	**191.762**
Operações com resseguradoras	8(b)	73.783	191.762
Corretores de seguros e resseguros		**113**	**–**
Corretores de resseguros		113	–
Provisões técnicas – resseguro	12(a)	**988.118**	**957.113**
NÃO CIRCULANTE		**57.092**	**42.005**
Contas a pagar		**6.121**	**–**
Tributos diferidos	13(b)	6.121	–
Outros débitos		**11.587**	**4.295**
Obrigações fiscais	13(a)	11.587	4.295
Provisões técnicas – resseguro	12(a)	**39.384**	**37.710**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**238.815**	**192.721**
Capital social	15(a)	204.003	156.003
Aumento de capital (em aprovação)	15(b)	–	48.000
Reservas de lucros	15(c)	27.331	5.310
Ajuste de avaliação patrimonial	6(a)	7.481	(16.592)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.383.625**	**1.391.591**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**100.792**	**55.211**	**–**	**(3.144)**	**(7.820)**	**145.039**
Aumento de capital:						
Portaria SUSEP nº113 de 22/01/2015	20.003	(20.003)	–	–	–	–
Portaria SUSEP nº211 de 17/07/2015	35.208	(35.208)	–	–	–	–
AGE de 26/11/2015	–	48.000	–	–	–	**48.000**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	(13.448)	–	**(13.448)**
Reserva legal	–	–	348	–	(348)	–
Reserva estatutária	–	–	4.962	–	(4.962)	–
Dividendos	–	–	–	–	(1.654)	**(1.654)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.784	**14.784**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**156.003**	**48.000**	**5.310**	**(16.592)**	**–**	**192.721**
Aumento de capital:						
Portaria SUSEP nº1.306 de 12/01/2016	48.000	(48.000)	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	24.073	–	**24.073**
Reserva legal	–	–	2.306	–	(2.306)	–
Reserva estatutária	–	–	19.715	–	(19.715)	–
Juros sobre capital próprio/dividendos	–	–	–	–	(24.090)	**(24.090)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	46.111	**46.111**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**204.003**	**–**	**27.331**	**7.481**	**–**	**238.815**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2016	2015
Prêmios emitidos	16(a)	**506.062**	**622.022**
(-) Variações das provisões técnicas		**39.210**	**(1.004)**
(=) Prêmios ganhos	16(b)	**545.272**	**621.018**
(-) Sinistros ocorridos	16(c)	**(470.413)**	**(667.513)**
(-) Custos de aquisição		**(23)**	**(34)**
(-) Outras receitas e despesas operacionais		**–**	**(120)**
(+) Resultado com retrocessão	16(d)	**(53.086)**	**40.903**
(+) Receitas com retrocessão		227.814	318.601
(-) Despesas com retrocessão		(280.900)	(277.698)
(-) Despesas administrativas	1 6(e)	**(7.064)**	**(3.745)**
(-) Despesas com tributos	16(f)	**(12.581)**	**(19.036)**
(+) Resultado financeiro	16(g)	**70.985**	**51.701**
(=) Resultado operacional		**73.090**	**23.174**
(=) Resultado antes dos impostos e contribuições		**73.090**	**23.174**
(-) Imposto de renda		**(14.978)**	**(4.706)**
(-) Contribuição social		**(12.001)**	**(3.684)**
(=) Lucro líquido do exercício		**46.111**	**14.784**
(/) Quantidade de ações ao final do exercício - em milhares		**217.149**	**163.816**
(=) Resultado por ação em reais		**0,2123**	**0,0902**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	**46.111**	**14.784**
Ajuste de avaliação patrimonial – ativos disponíveis para venda	30.622	(13.357)
Ganhos realizados – ativos disponíveis para venda	(428)	(91)
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	(6.121)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**70.184**	**1.336**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	46.111	14.784
Ajustes para:		
Amortizações	199	199
Constituição de provisão para contingência	7.292	–
Variação nas contas patrimonias:		
Aplicações	(42.356)	(174.131)
Créditos das operações de resseguros	112.883	(50.355)
Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas	(33.346)	(168.060)
Créditos tributários e previdenciários	1.217	(2.246)
Custos de aquisição diferidos	(90)	34
Outros ativos	–	10
Impostos e contribuições	(45)	522
Outras contas a pagar	(5.096)	3.248
Débitos de operações com seguros e resseguros	(117.979)	113.489
Provisões técnicas – resseguro	32.678	215.989
Caixa líquido gerado/consumido pelas operações	**1.468**	**(46.517)**
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades operacionais	**1.468**	**(46.517)**
Atividades De Financiamento		
Aumento de capital	–	48.000
Distribuição de dividendos	5.000	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**5.000**	**48.000**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**6.468**	**1.483**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.029**	**546**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**8.497**	**2.029**

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

:: 1. Informações gerais

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora") constituída através de Assembleia Geral em 11 de agosto de 2011, obteve autorização para operar, como resseguradora local, em todo o território nacional por meio da portaria nº 4.378 de 05 de janeiro de 2012.

A Resseguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a realização de operações de resseguro e retrocessão nos termos da legislação e regulamentos vigentes.

O capital social da Resseguradora é constituído por 217.148.939 ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Zurich Insurance Company Ltd. possui 99,9999% das ações, enquanto que a Zurich Life Insurance Company Ltd. possui 0,0001%. Sediados na Suiça, os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suiça.

Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Resseguradora opera com grupos de ramos e é autorizada a operar nos grupos de ramo patrimonial, riscos especiais, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, pessoas, habitacional e rural.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2016.

:: 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, exceto quando indicado, se encontram em milhares de reais, arredondando para o milhar mais próximo e com a consequência de que os montantes arredondados podem nem sempre somar com os totalizadores apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Resseguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Resseguradora atua, ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação

A Resseguradora pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As aplicações financeiras da Resseguradora são classificadas como ativos disponíveis para venda.

(i) Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento.

As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até o seu vencimento ou venda, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Resseguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber", e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo seu valor de realização anualmente avaliados por teste de *impairment*.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Resseguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Resseguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, tendo como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Resseguradora de receber pagamentos.

A Resseguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

(c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

(i) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, incluem, mas não se limitam a:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros

continua na página seguinte ...

ou principal;

- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

A redução ao valor recuperável para valores a receber sobre transações entre empresas relacionadas do próprio grupo econômico não são efetuadas.

A redução ao valor recuperável para ativos de retrocessão cedidos é constituída com base no fluxo de prestação de conta, uma vez que os valores pagos pela Resseguradora aos retrocessionários são líquidos dos valores a receber.

A Resseguradora realizou estudo para constituição da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e com base nos seus dados históricos concluiu que não houve necessidade de constituição da provisão. Mediante as avaliações detalhadas acima, a Resseguradora entende que a redução ao valor recuperável, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada.

(ii) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Resseguradora avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos públicos e títulos privados, a Resseguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Resseguradora não negociou instrumento financeiros derivativos.

2.5. Contratos de resseguro

O contrato de resseguro é o instrumento jurídico através do qual é materializada a intenção das partes para transferência de riscos.

Com o objetivo de apoiar as companhias cedentes a atingir suas metas estratégicas, seja na obtenção de capacidade de subscrição, pulverização de riscos, equilíbrio de carteira, estabilização de resultados ou para proteger seu portfólio de riscos assumidos, a Resseguradora emite contratos de resseguro, proporcionais e não proporcionais, automáticos e facultativos, para riscos pertencentes aos grupos de ramos em que está autorizada a operar.

2.6. Ativos relacionados a retrocessão

Os mesmos objetivos que ensejam as companhias cedentes a buscar proteção de resseguro, igualmente ensejam os resseguradores a buscar proteção de retrocessão. Assim, para proteger seu portfólio de riscos assumidos, os resseguradores necessitam igualmente de capacidade de subscrição, pulverização de seus riscos, equilíbrio da sua carteira, estabilização dos seus resultados, entre outros. Logo, a Resseguradora retrocede parte dos riscos assumidos, através dos contratos de retrocessão, no curso normal de suas atividades.

Nos relatórios e demonstrativos contábeis os passivos relacionados às operações de retrocessão são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas.

Os ativos relacionados a retrocessão também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (Nota 2.4(c) (i)).

2.7. Intangível

O saldo do intangível é registrado ao custo e é amortizado pelo método linear com base na taxa de amortização informada na Nota 11.

2.8. *Impairment* de ativos não-financeiros

Ativos não-financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve necessidade de constituição de perda por *impairment* na Resseguradora.

2.9. Provisões judiciais e ativos contingentes

As provisões estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Resseguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 517/15, e suas respectivas alterações.

(a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo.

(b) Provisões judiciais: são constituídas pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.10. Provisões técnicas

As legislações vigentes que instituem regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas para as sociedades resseguradoras são: Resolução CNSP nº 321/15 e a Circular SUSEP nº 517/15, e suas respectivas alterações, juntamente com documentos de orientação ao mercado preparados e disponibilizados pela SUSEP.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmios correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculada com base nas características de cada contrato de resseguro.

Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG RVNE) – A metodologia de cálculo é aplicada considerando apenas os prêmios na primeira emissão sem quaisquer ajustes posteriores. É baseada em um histórico mensal de prêmios emitidos em atraso. Para os contratos facultativos, considera-se o prêmio emitido por contrato. Para os contratos proporcionais, a metodologia é aplicada considerando-se os prêmios das apólices cobertas. Os contratos não proporcionais não foram contemplados na análise por não possuírem atraso em sua emissão.

Caso em determinado mês haja emissão de prêmio em grupos contábeis que não tenham sido previamente analisados com a metodologia descrita, o cálculo da PPNG RVNE para estes casos será feito de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15. Como a contabilização da resseguradora é por grupo de ramos e não por ramo, são considerados os fatores da Circular dos ramos que, em cada grupo, tiveram maior volume de prêmio cedido pelas seguradoras no mercado segurador no ano anterior, conforme informação do Sistema de Estatísticas da SUSEP.

(b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

(i) Processos administrativos – é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Resseguradora até o encerramento do exercício e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados e respectivas despesas alocadas.

(ii) Processos judiciais – a Resseguradora só reconhece como sinistro judicial aquele em que participa da ação, ou seja, o sinistro em demanda judicial para a cedente sem que a Resseguradora participe diretamente da ação é considerado como sinistro administrativo. Até o momento, não há sinistros judiciais avisados à Resseguradora.

(iii) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não suficientemente Avisados (IBNER) – a Resseguradora constitui a provisão de IBNER quando identifica a necessidade de ajuste na provisão de sinistro a liquidar, para casos de sinistros muito grandes ou catástrofes, onde tiver informação de que o valor do sinistro é maior do que o que já está avisado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foi identificado necessidade de constituição da IBNER.

(c) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)

A provisão de IBNR deve ser constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora.

A Resseguradora adota os métodos da sinistralidade inicial esperada ("SIE") e de Bornhuetter-Ferguson sobre sinistros incorridos ("BF") para a determinação da provisão. A análise é segmentada por ano de ocorrência, onde é usado, preferencialmente, o método da SIE para o ano de ocorrência atual e o BF para os anos anteriores, caso exista experiência para a seleção de um padrão. Se a aplicação do método da SIE para o ano de ocorrência atual em determinado grupo contábil resultar em valor de IBNR negativo, então, em geral é adotado o método BF para este caso. Na ocorrência de grande sinistro, se a Resseguradora considerar mais prudente a realização de avaliação individual do IBNR para o mesmo, com base nas informações disponíveis, este caso poderá ser extraído da análise usual, e receber tratamento individualizado.

A análise da IBNR é realizada bruta de retrocessão. Para os contratos de retrocessão proporcionais, o valor cedido em retrocessão é obtido aplicando o respectivo percentual cedido sobre a IBNR bruta. Para os contratos não proporcionais, assumi-se que não há IBNR cedida.

(d) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Resseguradora constitui a provisão complementar de cobertura quando identificada insuficiência na provisão de prêmios não ganhos, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivo (TAP), de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foi identificada insuficiência na provisão de prêmios não ganhos, não havendo assim constituição da PCC.

(e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A Resseguradora constituirá, quando houver provisão de despesas alocadas a sinistros a ser incorridas pela própria Resseguradora.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foi identificada necessidade de constituição da PDR.

(f) Outras provisões

A Resseguradora, na data da publicação, não possuia contratos que demandassem a constituição das seguintes provisões:

- PMBaC: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder;
- PMBC: Provisão Matemática de Benefícios Concedidos;
- PEF: Provisão de Excedentes Financeiros;
- PET: Provisão de Excedentes Técnicos.

2.11. Teste de Adequação do Passivo (TAP)

O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações.

No TAP, são comparadas as provisões técnicas da data base, líquidas dos eventuais custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, com os valores presente dos respectivos fluxos de caixa projetados. Na realização do teste, a Administração da Resseguradora utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa futuros, incluindo sinistros e despesas administrativas esperadas. Se for encontrada deficiência, ela é contabilizada, conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, na provisão complementar de cobertura.

As premissas de sinistralidade e padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no TAP foram selecionados da mesma forma que para a análise da provisão de IBNR. A taxa adotada para descontar os fluxos de caixa projetados foi a taxa a termo livre de risco divulgada pela SUSEP para dezembro de 2016. Para o fluxo cujo moeda original é o real, foi utilizada a taxa pré-fixada. Para o fluxo cujo moeda original é estrangeira, foi utilizada a taxa cupom cambial.

A Resseguradora realizou o cálculo de TAP, com base na posição de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e não identificou necessidade de ajuste das provisões técnicas.

2.12. Principais tributos

A partir de setembro de 2015, a contribuição social foi majorada para a alíquota de 20%, conforme alteração através da Medida Provisória nº 675/15 convertida na lei nº 13.169/15. Conforme nova legislação, a alteração foi definida por prazo determinado até 31 de dezembro de 2018.

O imposto de renda é aplicado pela alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 mil reais no exercício.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

2.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Resseguradora e Lei das Sociedades Anonimas, nº 11.638/07. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.15. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, observando o critério "*pro-rata die*".

Os prêmios de resseguro contabilizados por ocasião da vigência do risco dos contratos são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao respectivo prazo de vigência.

As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades de retrocessão são contabilizadas conforme Circular SUSEP nº 517/15, e suas respectivas alterações.

2.16. Demonstração dos resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes está apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPC's.

2.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico da Resseguradora para 31 de dezembro de 2016 e 2015 é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média das ações da Resseguradora de acordo com os requerimentos do CPC 41.

2.18. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009 e alterações posteriores. Esta norma veio a substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros , bem como altera o critério de impairment de ativos financeiros e contingências em relação ao head account. Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP. A Administração está avaliando os impactos.

Em 28 de abril de 2016 foi publicada a Circular SUSEP 535 que estabelece a codificação dos ramos de seguros e dispõe sobre a classificação das coberturas contidas em planos de seguros, para fins de contabilização, com data para implementação em 30 de junho de 2017 e 01 de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos e se adequará conforme previsto na circular.

:: 3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão dos respectivos contratos e as provisões técnicas de resseguro. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito a seguir.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguro

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguro da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância.

A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa de provisões técnicas – resseguro (Nota 12).

:: 4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Resseguradora.

Entendemos ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente e devidamente adaptadas à nossa realidade.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores e etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, nosso processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Resseguradora permite que os riscos de resseguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Resseguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.

(a) Risco de resseguro aceito

O gerenciamento de risco de resseguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de resseguro de grupo de ramos, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de resseguro.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros e benefícios seja maior do que o estimado.

(i) Estratégia de subscrição

A estratégia da Resseguradora é prover capacidade de resseguro tanto para as empresas do grupo Zurich, como para empresas fora do grupo, através de soluções eficientes que garantam solidez financeira.

Os principais objetivos estratégicos da Resseguradora são dar suporte à estratégia de subscrição, mitigar riscos e proteger os resultados do grupo Zurich. A atuação está concentrada nos grupos de ramos patrimonial, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, riscos especiais, pessoas e rural.

E estratégia de subscrição do grupo Zurich permite identificar diferentes riscos, fatores que os agravam ou os atenuam, como tipos de indústria e setores da economia, localização do segurado, complexidade de projetos, experiência, efetividade de controles, entre outros. Estes fatores são considerados conforme o produto que está sendo analisado impactando diretamente nas diferentes metodologias de precificação existentes para cada produto.

Os contratos de resseguro são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora.

(ii) Estratégia de retrocessão

A contratação de operações de retrocessão tem o objetivo de prover à Resseguradora a capacidade para aceitação de riscos, sempre com o objetivo de proteger o balanço e atender as exigências quanto à solvência.

As operações de retrocessão são contratadas sempre em observância aos requerimentos legais vigentes no país e normas internas do Grupo Zurich.

Os contratos de retrocessão são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora no país.

(iii) Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova semestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de resseguro e a disponibiliza para o Comitê.

(iv) Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de resseguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas.

A Resseguradora atua com grupo de ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de resseguro.

Riscos de resseguro com grupo de ramos elementares

O risco de resseguro com grupo de ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos ressegurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de retrocessão ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

O departamento de gerenciamento de riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, retrocessão, provisões técnicas de resseguro e ativos de retrocessão. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

	Impacto no resultado e no Patrimônio Líquido 2016			
	Bruto de retrocessão		Líquido de retrocessão	
Premissas atuarias	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Aumento de 5% na sinistralidade	-24,12	(14.994)	-23,45	(7.733)
Redução de 5% na sinistralidade	24,12	14.994	23,45	7.733
Aumento de 10% nas despesas administrativas	-0,62	(389)	-1,18	(389)
Redução de 10% nas despesas administrativas	0,62	389	1,18	389
Aumento de 1% na taxa de juros	5,04	3.131	9,50	3.131
Redução de 1% na taxa de juros	-5,04	(3.131)	-9,50	(3.131)

	Impacto no resultado e no Patrimônio Líquido 2015			
	Bruto de retrocessão		Líquido de retrocessão	
Premissas atuarias	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Aumento de 5% na sinistralidade	-175,10	(19.809)	-70,00	(10.353)
Redução de 5% na sinistralidade	175,10	19.809	70,00	10.353
Aumento de 10% nas despesas administrativas	-2,10	(239)	-1,60	(239)
Redução de 10% nas despesas administrativas	2,10	239	1,60	239
Aumento de 1% na taxa de juros	28,40	3.209	21,70	3.209
Redução de 1% na taxa de juros	-28,40	(3.209)	-21,70	(3.209)

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Resseguradora.

A Resseguradora está exposta ao risco de crédito em:

- Ativos financeiros;
- Ativos de retrocessão; e
- Prêmio de resseguro.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's (S&P), Moody's entre outras.

(i) Exposições ao risco de crédito

A Resseguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e a faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Resseguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de retrocessão, limitando aos resseguradores que poderão ser usados, e o impacto das inadimplências dos resseguradores é avaliado regularmente.

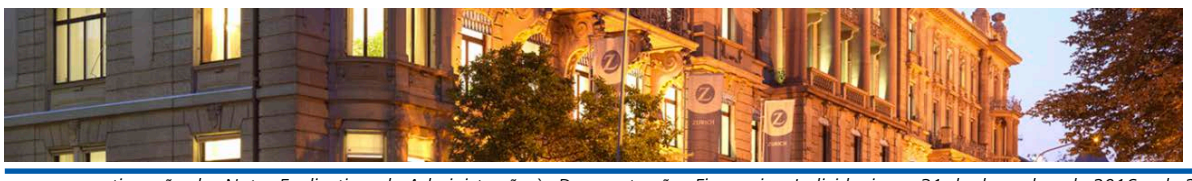
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não *impaired*	2016	2015
Caixa e bancos	8.497	**8.497**	**2.029**
Disponíveis para venda:			
Públicos	531.675	**531.675**	**437.567**
Privados	37.701	**37.701**	**65.380**
Operações com seguradoras	157.150	**157.150**	**271.377**
Operações com resseguradoras	1.378	**1.378**	**34**
Total de ativos financeiros	**736.401**	**736.401**	**776.387**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Os ativos acima são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da Standard & Poors (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível, tais como Fitch Ratings, Moody's e A.M. Best Company. A concentração do risco de crédito alterou substancialmente comparada ao período anterior, devido a situação econômica atual do país.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AA	B+	Sem *Rating*	2016
Caixa e bancos	8.497	–	–	**8.497**
Disponíveis para venda:				
Públicos	531.675	–	–	**531.675**
Privados	37.701	–	–	**37.701**
Operações com seguradoras	–	–	157.150	**157.150**
Operações com resseguradoras	–	1.378	–	**1.378**
Exposição máxima ao risco de crédito	**577.873**	**1.378**	**157.150**	**736.401**

continua na página seguinte …



… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	**AAA**	**AA**	**AA-**	**Sem *Rating***	**2015**
Caixa e bancos	2.029	–	–	–	**2.029**
Disponíveis para venda:					
Públicos	437.567	–	–	–	**437.567**
Privados	54.896	10.484	–	–	**65.380**
Operações com seguradoras	–	–	–	271.377	**271.377**
Operações com resseguradoras	–	–	34	–	**34**
Exposição máxima ao risco de crédito	**494.492**	**10.484**	**34**	**271.377**	**776.387**

(ii) Retrocessionários

Discriminação dos resseguradores por categoria de risco

Resseguradores	**Agência**	***Rating***
Agrinational Insurance Company	A.M.Best Company	A-
BTG Pactual Resseguradora S.A.	A.M.Best Company	B+
Everest Reinsurance Company	Standard & Poor's	A+
IRB – Brasil Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A-
Zurich Insurance Company	Standard & Poor's	AA-
Zurich Insurance Public Limited Company	Standard & Poor's	AA-

Os *ratings* foram extraídos dos sites das respectivas agências certificadoras.

Discriminação dos resseguradores por classe

Resseguradores	**Classe**	**Ativo(*)**	**Passivo(**)**	**2016 Líquido**
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Local	1.161	–	1.161
IRB – Brasil Resseguros S.A.	Local	30.611	1.291	29.320
Everest Reinsurance Company	Admitida	172.112	14.917	157.195
Zurich Insurance Company	Admitida	24.331	57.211	(32.880)
Agrinational Insurance Company	Eventual	571	–	571
Zurich Insurance Public Limited Company	Eventual	543	364	179
Total		**229.329**	**73.783**	**155.546**

Resseguradores	**Classe**	**Ativo(*)**	**Passivo(**)**	**2015 Líquido**
IRB – Brasil Resseguros S.A.	Local	40.277	(440)	40.717
Everest Reinsurance Company	Admitida	149.549	101.108	48.441
Zurich Insurance Company	Admitida	38.020	16.907	21.113
Agrinational Insurance Company	Eventual	190	40	150
Zurich Insurance Public Limited Company	Eventual	332	209	123
Total		**228.368**	**117.824**	**110.544**

(*) O valor está composto pela provisão de sinistros a liquidar e ativo de operações com resseguradoras.

(**) O valor está composto pelos prêmios cedido de retrocessão, líquidos de comissão.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não houve evidência objetiva de *impairment* para os ativos de retrocessão.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Resseguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Resseguradora é manter uma liquidez adequada e uma liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Resseguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Resseguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

(i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pela área de gerenciamento de investimentos e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como, a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco é crucial, sobretudo para permitir à Resseguradora de liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

(ii) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Resseguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de resseguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados. O passivo de resseguro é o principal passivo da Resseguradora.

	Sem vencimento	**Até um ano**	**De um a três anos**	**Acima de três anos**	**2016 Total**
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	8.497	–	–	–	8.497
Aplicações	25.665	279.435	144.577	119.699	569.376
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	158.528	–	–	158.528
Ativos de resseguro	–	603.959	17.012	21.999	642.970
Títulos e créditos a receber	–	2.117	–	1.848	3.965
Total do ativo	**34.162**	**1.044.039**	**161.589**	**143.546**	**1.383.336**
Passivo					
Contas a pagar	–	23.516	–	–	23.516
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	73.783	–	11.587	85.370
Provisões técnicas – resseguro	–	988.118	17.207	22.177	1.027.502
Total do passivo	**–**	**1.085.417**	**17.207**	**33.764**	**1.136.388**

	Sem vencimento	**Até um ano**	**De um a três anos**	**Acima de três anos**	**2015 Total**
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	2.029	–	–	–	2.029
Aplicações	14.947	67.247	328.996	91.757	502.947
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	271.411	–	–	271.411
Ativos de resseguro	–	572.469	21.482	15.672	609.623
Títulos e créditos a receber	–	5.183	–	–	5.183
Total do ativo	**16.976**	**916.310**	**350.478**	**107.429**	**1.391.193**
Passivo					
Contas a pagar	–	7.990	–	–	7.990
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	191.762	–	–	191.762
Provisões técnicas – resseguro	–	957.113	21.884	15.826	994.823
Outros débitos operacionais	–	–	–	4.295	4.295
Total do passivo	**–**	**1.156.865**	**21.884**	**20.121**	**1.198.870**

(d) Risco de mercado

(i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

(ii) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Resseguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área de gerenciamento de investimentos, cujas principais atribuições são:

- definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial);
- avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras;
- analisar a política de liquidez;
- estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; e
- realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

Dentre as principais atividades da área de *Risk Management*, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.

(iii) Análise do risco de mercado

A política da Resseguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), onde o cumprimento destes são acompanhados mensalmente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem.

Considerando o modelo de simulação histórica para o cálculo do VaR, é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança. Seguem os resultados obtidos para os exercícios de 2016 e 2015:

	2016	**2015**
Patrimônio da carteira de custódia	569.376	502.947
Percentil	(0,003564974)	(0,004082878)
VaR – 250 dias	(2.030)	(2.053)
% do patrimônio da carteira de custódia	0,36%	0,41%

:: 5. Caixa e equivalente de caixa

	2016	**2015**
Caixa e bancos	8.497	2.029
	8.497	**2.029**

:: 6. Aplicações – circulante e não circulante

(a) Classificação das aplicações

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

Títulos disponíveis para venda	**2016**	**%**	**2015**	**%**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	24.608	4,32	17.461	3,47
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	62.412	10,96	61.009	12,13
Quotas de fundos de investimentos	25.665	4,51	14.947	2,97
Letras Financeiras (LF)	12.036	2,11	50.433	10,03
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	444.655	78,10	359.097	71,40
Total	**569.376**	**100,00**	**502.947**	**100,00**

Títulos disponíveis para venda	**De 1 a 30 dias ou sem vencimento**	**De 61 a 120 dias**	**De 180 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado**	**Ajustes de avaliação patrimonial líquido de imposto diferido**	**Custo atualizado**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	–	–	24.608	24.608	(8)	24.616
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	–	–	–	62.412	62.412	1.965	60.447
Quotas de fundos de investimentos	25.665	–	–	–	25.665	–	25.665
Letras Financeiras (LF)	–	12.036	–	–	12.036	4	12.032
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	–	–	267.399	177.256	444.655	5.520	439.135
Total em 2016	**25.665**	**12.036**	**267.399**	**264.276**	**569.376**	**7.481**	**561.895**
Total em 2015	**32.531**	**–**	**49.663**	**420.753**	**502.947**	**(16.592)**	**519.539**

Nenhum desses ativos financeiros estão vencidos ou *impaired*.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

Títulos disponíveis para venda	**Saldo em 2015**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Ajustes TVM**	**Saldo em 2016**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.461	19.754	(14.973)	2.381	(15)	24.608
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	61.009	–	(17.555)	8.252	10.706	62.412
Quotas de fundos de investimentos	14.947	69.619	(61.294)	2.393	–	25.665
Letras Financeiras (LF)	50.433	–	(41.745)	3.452	(104)	12.036
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	359.097	93.351	(81.624)	54.224	19.607	444.655
Total	**502.947**	**182.724**	**(217.191)**	**70.702**	**30.194**	**569.376**

Títulos disponíveis para venda	**Saldo em 2014**	**Aplicações**	**Resgates**	**Rendimentos**	**Ajustes TVM**	**Saldo em 2015**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	30.941	65.354	(86.989)	8.146	9	17.461
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	31.677	49.237	(19.001)	5.895	(6.799)	61.009
Quotas de fundos de investimentos	67.040	165.674	(223.813)	6.046	–	14.947
Letras Financeiras (LF)	71.327	34.674	(64.801)	9.205	28	50.433
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	141.278	349.387	(148.536)	23.654	(6.686)	359.097
Total	**342.263**	**664.326**	**(543.140)**	**52.946**	**(13.448)**	**502.947**

(c) Estimativa do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível, 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 – títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável.

Nos exercícios de 2016 e 2015, a Resseguradora não apresenta nenhum título classificado no nível 3.

Títulos disponíveis para venda	**Nível 1**	**Nível 2**	**2016 Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**2015 Total**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	24.608	–	**24.608**	17.461	–	**17.461**
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	62.412	–	**62.412**	61.009	–	**61.009**
Quotas de fundos de investimentos	25.665	–	**25.665**	–	14.947	**14.947**
Letras Financeiras (LF)	–	12.036	**12.036**	–	50.433	**50.433**
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	444.655	–	**444.655**	359.097	–	**359.097**
Total das aplicações	**557.340**	**12.036**	**569.376**	**437.567**	**65.380**	**502.947**

(d) Taxas de juros contratadas

As taxas de juros contratadas para os títulos pré fixados são indicadas ao ano.

Título	**Classe**	**Taxa de juros contratada**	**Valor de mercado**	**2016 %**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos públicos pós fixados	100% SELIC	24.608	4,32
Letras Financeiras (LF)	Títulos privados pós fixados	De 106,00% CDI até 106,99% CDI	12.036	2,11
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Títulos públicos pré fixados	De 11,00% até 12,99%	109.384	19,21
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Títulos públicos pré fixados	De 13,00% até 14,99%	53.490	9,39
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Títulos públicos pré fixados	De 15,00% até 16,99%	281.781	49,50
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Títulos públicos pré fixados	De 11,00% até 12,99%	37.405	6,57
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Títulos públicos pré fixados	De 13,00% até 14,99%	4.890	0,86
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Títulos públicos pré fixados	De 15,00% até 16,99%	20.117	3,53
Quotas de fundos de investimentos	Fundos de Renda Fixa	POS Fixado	25.665	4,51
Total			**569.376**	**100,00**

Título	**Classe**	**Taxa de juros contratada**	**Valor de mercado**	**2015 %**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos públicos pós fixados	100% SELIC	17.461	3,47
Letras Financeiras (LF)	Títulos privados pós fixados	De 105,00% CDI até 105,99% CDI	17.584	3,50
Letras Financeiras (LF)	Títulos privados pós fixados	De 106,00% CDI até 106,99% CDI	22.856	4,54
Letras Financeiras (LF)	Títulos privados pós fixados	De 107,00% CDI até 107,99% CDI	9.993	1,99
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Títulos públicos pré fixados	De 9,00% até 10,99%	34.601	6,88
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Títulos públicos pré fixados	De 11,00% até 12,99%	47.315	9,41
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Títulos públicos pré fixados	De 13,00% até 14,99%	43.962	8,74
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	Títulos públicos pré fixados	De 15,00% até 16,99%	233.219	46,37
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Títulos públicos pré fixados	De 11,00% até 12,99%	30.531	6,07
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Títulos públicos pré fixados	De 13,00% até 14,99%	13.819	2,75
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	Títulos públicos pré fixados	De 15,00% até 16,99%	16.659	3,31
Quotas de fundos de investimentos	Fundos de renda fixa	POS fixado	14.947	2,97
Total			**502.947**	**100,00**

(e) Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	**Disponível para venda**	**%**	**2016 Empréstimos e recebíveis**	**%**
Aplicações financeiras	569.376	100,00	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	158.528	97,56
Títulos e créditos a receber	–	–	3.965	2,44
	569.376	**100,00**	**162.493**	**100,00**

Ativos financeiros	**Disponível para venda**	**%**	**2015 Empréstimos e recebíveis**	**%**
Aplicações financeiras	502.947	100,00	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	271.411	98,13
Títulos e créditos a receber	–	–	5.183	1,87
	502.947	**100,00**	**276.594**	**100,00**

(f) Análise de sensibilidade

A Resseguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC, devido ao fato de a Resseguradora ter a maior parte de sua exposição a risco relacionada a taxa em questão, conforme destacado no quadro a seguir:

	Títulos públicos federais	**Títulos privados**	**Quotas de fundos de investimentos**	**2016 Total**
Aplicações	531.675	12.036	25.665	569.376
SELIC – % a.a.	13,65	–	13,65	13,65
CDI – % a.a.	–	13,63	–	13,63
Projeção rentabilidade próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	72.574	1.641	3.503	77.718
Queda 25%	54.430	1.230	2.627	58.287
Queda 50%	36.287	820	1.752	38.859
Elevação 25%	90.717	2.051	4.379	97.147
Elevação 50%	108.860	2.461	5.255	116.576

	Títulos públicos federais	**Títulos privados**	**Quotas de fundos de investimentos**	**2015 Total**
Aplicações	437.567	50.433	14.947	502.947
SELIC – % a.a.	14,15	–	14,15	14,15
CDI – % a.a.	–	14,14	–	14,14
Projeção rentabilidade próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	61.916	7.131	2.115	71.162
Queda 25%	46.437	5.348	1.586	53.371
Queda 50%	30.958	3.566	1.057	35.581
Elevação 25%	77.395	8.914	2.644	88.953
Elevação 50%	92.874	10.697	3.172	106.743

:: 7. Crédito das operações com seguros e resseguros

As operações com seguradoras e resseguradoras contemplam os prêmios de resseguro e retrocessão aceita e riscos vigentes não emitidos, líquidos de comissão. O recebimento dos prêmios ocorrem trimestralmente, de acordo com o prazo determinado em contrato para as prestações de contas.

(a) Operações com seguradoras – prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro

	2016	**2015**
Patrimonial	47.858	130.948
Riscos especiais	–	52
Responsabilidades	15.224	40.451
Automóvel	82.824	71.711
Transportes	1.719	7.090
Riscos financeiros	9.525	21.125
	157.150	**271.377**

(i) Movimentação dos prêmios a receber

	2016	**2015**
Saldo inicial	**271.377**	**221.056**
(+) Prêmios emitidos	552.485	580.499
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	(46.423)	41.523
(-) Recebimentos	(620.289)	(571.701)
Saldo final	**157.150**	**271.377**

(ii) *Aging List* de prêmios a receber

	2016	**2015**
0 a 30 dias	76.064	116.378
31 a 60 dias	32.013	31.750
61 a 120 dias	37.298	61.678
121 a 365 dias	11.131	61.566
Acima de 365 dias	644	5
	157.150	**271.377**

Baseado em estudo próprio, a Resseguradora não possui valores de Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) para os exercícios de 2016 e 2015.

(b) Operações com resseguradoras – prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro

	2016
Riscos financeiros	1.378
	1.378

(i) Movimentação dos prêmios a receber

	2016
Saldo inicial	–
(+) Prêmios emitidos	1.161
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	217
(-) Recebimentos	–
Saldo final	**1.378**

(ii) *Aging List* de prêmios a receber

	2016
0 a 30 dias	1.378
	1.378

:: 8. Ativos de retrocessão

(a) Ativos de retrocessão – provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	**Provisão de sinistros a liquidar**	**Provisão de sinistros ocorridos e não avisados**	**2016 Total**
Patrimonial	89.600	94.385	90.227	274.212
Riscos especiais	–	–	152	152
Responsabilidades	21.936	118.401	129.343	269.680
Automóvel	–	571	296	867
Transportes	1.555	5.645	4.513	11.713
Riscos financeiros	41.079	9.165	36.102	86.346
Circulante e não circulante	**154.170**	**228.167**	**260.633**	**642.970**

continua na página seguinte …

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2015

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	141.965	95.923	43.413	281.301
Riscos especiais	180	–	78	258
Responsabilidades	36.853	111.709	85.464	234.026
Automóvel	–	190	333	523
Transportes	2.355	4.594	7.772	14.721
Riscos financeiros	26.423	15.952	36.419	78.794
Circulante e não circulante	**207.776**	**228.368**	**173.479**	**609.623**

(i) Movimentação dos ativos de retrocessão – provisões técnicas

2016

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**207.776**	**228.368**	**173.479**	**609.623**
Constituições	39.405	–	–	39.405
Diferimento pelo risco	(93.011)	–	–	(93.011)
Variação de IBNR	–	–	87.154	87.154
Aviso de sinistro	–	140.660	–	140.660
Recuperação de sinistro	–	(140.861)	–	(140.861)
Saldo no final do exercício	**154.170**	**228.167**	**260.633**	**642.970**

2015

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**150.856**	**230.905**	**59.803**	**441.564**
Constituições	151.574	–	–	151.574
Diferimento pelo risco	(94.654)	–	–	(94.654)
Variação de IBNR	–	–	113.676	113.676
Aviso de sinistro	–	204.926	–	204.926
Recuperação de sinistro	–	(207.463)	–	(207.463)
Saldo no final do exercício	**207.776**	**228.368**	**173.479**	**609.623**

(b) Débito de operações com seguros e resseguros

	2016	2015
Prêmio de retrocessão a pagar	73.783	191.762
Total dos débito de operações com seguros e resseguros	**73.783**	**191.762**

(i) Movimentação dos prêmios de retrocessão a pagar

	2016	2015
Saldo inicial	**191.762**	**82.568**
(+) Prêmios cedidos	278.914	315.650
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	47.367	40.997
(-) Pagamentos	(444.260)	(247.543)
Saldo final	**73.783**	**191.762**

:: 9. Créditos tributários e previdenciários

(a) Créditos tributários e previdenciários

	2016	2015
IRPJ e CSLL a compensar	1.716	5.183
PIS e COFINS a compensar	401	–
Total dos créditos tributários e previdenciários – circulante	**2.117**	**5.183**

(b) Imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Resultado antes dos impostos e juros sobre capital próprio	**73.090**	**23.174**
Juros sobre capital próprio	(13.139)	–
Resultado antes dos impostos	**59.951**	**23.174**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	26.978	8.390
Adições permanentes	1	–
Imposto de renda e contribuição social	**26.979**	**8.390**

(c) Ativos e passivos fiscais – natureza e origem dos créditos tributários

	Saldo em 2015	Constituição	Realização	Saldo em 2016
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais	3.366	3.282	(1.434)	5.214
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**3.366**	**3.282**	**(1.434)**	**5.214**
Créditos não registrados	(3.366)	–	–	(3.366)
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**–**	**3.282**	**(1.434)**	**1.848**

:: 10. Custos de aquisição diferidos

(a) Premissas e prazos de diferimento

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos a comercialização de contatros de retrocessão. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato e apropriados ao resultado, *pro-rata die*, de acordo com a vigência do contrato, média de 12 meses.

(i) Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2016	2015
Saldo inicial do exercício	**–**	**34**
Constituições	103	–
Diferimento	(13)	(34)
Saldo final do exercício	**90**	**–**

:: 11. Intangível

O intangível da Resseguradora é composto pela aquisição do sistema operacional. A amortização é calculada pelo método linear com base na taxa de 20% ao ano.

	Custo	Amortização acumulada	2016 Total	2015 Total
Software	995	(796)	199	398
	995	**(796)**	**199**	**398**

:: 12. Provisões técnicas – resseguro

(a) Resseguro aceito

2016

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	90.506	108.538	98.948	297.992
Riscos especiais	–	–	153	153
Responsabilidades	24.048	122.908	137.383	284.339
Automóvel	144.011	138.351	62.196	344.558
Transportes	1.558	5.657	5.162	12.377
Riscos financeiros	42.510	9.227	36.346	88.083
Total	**302.633**	**384.681**	**340.188**	**1.027.502**

2015

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	143.818	100.794	48.878	293.490
Riscos especiais	181	–	78	259
Responsabilidades	38.451	115.060	88.468	241.979
Automóvel	134.012	159.151	68.245	361.408
Transportes	2.360	4.604	10.501	17.465
Riscos financeiros	27.462	16.095	36.665	80.222
Total	**346.284**	**395.704**	**252.835**	**994.823**

(i) Movimentação das provisões técnicas de resseguro aceito

2016

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**346.283**	**395.705**	**252.835**	**994.823**
Constituições	146.201	–	–	146.201
Diferimento pelo risco	(189.851)	–	–	(189.851)
Variação de IBNR	–	–	87.353	87.353
Aviso de sinistro	–	383.060	–	383.060
Pagamento de sinistro	–	(394.084)	–	(394.084)
Saldo no final do exercício	**302.633**	**384.681**	**340.188**	**1.027.502**

2015

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**337.859**	**334.664**	**106.311**	**778.834**
Constituições	281.647	–	–	281.647
Diferimento pelo risco	(273.223)	–	–	(273.223)
Variação de IBNR	–	–	146.524	146.524
Aviso de sinistro	–	520.989	–	520.989
Pagamento de sinistro	–	(459.948)	–	(459.948)
Saldo no final do exercício	**346.283**	**395.705**	**252.835**	**994.823**

(ii) Garantias das provisões técnicas

Os valores contábeis vinculados a SUSEP em cobertura de provisões técnicas são os seguintes:

	2016	2015
Total das provisões técnicas	1.027.502	994.823
Ativos de retrocessão redutores de cobertura	(575.855)	(466.742)
Direitos creditórios	(105.949)	(190.914)
Total das provisões técnicas a ser coberto	**345.698**	**337.167**
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras (LF)	12.036	50.433
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	24.608	17.461
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	444.655	359.097
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	62.412	61.009
Quotas de fundos de investimento	25.665	14.947
Total dos ativos oferecidos em garantia	**569.376**	**502.947**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**223.678**	**165.780**
Liquidez – 20% sobre o Capital de Risco (Nota 15(e))	22.463	24.440
Suficiência de liquidez	**201.215**	**141.340**

A liquidez da Resseguradora está adequada as exigências da Resolução SUSEP nº 321/15, onde o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, devem ser superior a 20%.

:: 13. Passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

(a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza

	2016	2015
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais (Nota 13(b))	11.587	4.295
	11.587	**4.295**

(i) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza

	Saldo em 2015	Constituição	Saldo em 2016
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**4.295**	**7.292**	**11.587**
PIS/COFINS Receitas financeiras (i)	4.295	7.292	11.587
Saldo dos créditos tributários registrados	**4.295**	**7.292**	**11.587**

	Saldo em 2014	Constituição	Saldo em 2015
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**–**	**4.295**	**4.295**
PIS/COFINS Receitas financeiras (i)	–	4.295	4.295
Saldo dos créditos tributários registrados	**–**	**4.295**	**4.295**

(i) Obrigações legais – PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor a Companhia o dever de se sujeitar a contribuição ao PIS e a COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável, motivo pelo qual deixamos de recolher o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas técnicas e passamos a provisionar esse valor. Em julho de 2015, foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar. Houve interposição de Apelação pela Fazenda Nacional e Contrarrazões pela Companhia, recursos pendentes de julgamento.

(b) Tributos diferidos

A Resseguradora reconheceu o imposto diferido passivo, concernente ao ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários (TVM), classificados como disponíveis para venda, com fulcro no art. 339 do Decreto nº 3.000/99 (RIR/99).

	2016	2015
Saldo dos tributos diferidos	**6.121**	**–**

:: 14. Desenvolvimento de Sinistros

Os padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no teste de adequação de passivos são selecionados a partir da experiência das seguradoras do mesmo grupo empresarial no Brasil.

:: 15. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é R$ 204.003 e R$ 156.003, e é representado por 217.148.939 e 163.815.606 ações ordinárias, respectivamente.

(b) Aumento de capital (em aprovação)

Em 2016 a Resseguradora não apresentou aumento de capital. Já em 2015, aumentou uma vez seu capital, através de Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 26 de novembro de 2015, no valor de R$ 48.000. A aprovação foi através da Portaria SUSEP nº 306 de 12 de janeiro de 2016.

(c) Reservas de lucros

	2016	2015
Reserva legal (i)	2.654	348
Reserva estatutária (ii)	24.677	4.962
Total	**27.331**	**5.310**

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

(ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da Lei Societária e sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral.

(d) Dividendos mínimo e juros sobre capital próprio

São assegurados dividendos mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	46.111	14.784
Absorção do prejuízo acumulado de períodos anteriores	–	(7.820)
Lucro líquido após absorção do prejuízo	**46.111**	**6.964**
Reserva legal – 5%	(2.306)	(348)
Lucro líquido do exercício ajustado	**43.805**	**6.616**
Dividendos mínimo – 25%	**10.951**	**1.654**
Juros sobre capital própio	**13.139**	**–**
Total dividendos mínimo/juros sobre capital próprio	**24.090**	**1.654**

e) Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	2016	2015
Patrimônio líquido	**238.815**	**192.721**
Ajustes contábeis	(199)	(398)
(-) Ativos intangíveis	(199)	–
Ajustes econômicos	3.132	–
(+) Capital mínimo requerido	112.316	–
(-) Capital mínimo requerido desconsiderando o valor do risco de mercado	(109.184)	–
Patrimônio líquido ajustado	**241.748**	**192.323**
Capital base (a)	60.000	60.000
Capital de risco (b)	112.316	122.200
Capital de risco baseado no risco de subscrição	91.635	107.237
Capital de risco baseado no risco de crédito	22.894	17.725
Capital de risco baseado no risco operacional	4.213	5.090
Capital adicional baseado no risco de mercado	9.931	–
Benefício da diversificação	(16.357)	(7.852)
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b))	112.316	122.200
Suficiência de capital	**129.432**	**70.123**

:: 16. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

(a) Prêmios emitidos

Grupos de ramos	2016	2015
Patrimonial	146.474	216.987
Riscos especiais	(52)	474
Responsabilidades	49.449	76.581
Automóvel	271.473	291.119
Transportes	10.049	13.552
Riscos Financeiros	28.669	23.309
Total	**506.062**	**622.022**

(b) Prêmios ganhos

2016

Grupos de ramos	Prêmios ganhos	Taxa de sinistralidade
Patrimonial	196.229	75,94%
Riscos especiais	129	57,69%
Responsabilidades	63.236	140,83%
Automóvel	261.474	90,69%
Transportes	10.581	4,53%
Riscos financeiros	13.623	-39,15%
Total	**545.272**	

2015

Grupos de ramos	Prêmios ganhos	Taxa de sinistralidade
Patrimonial	185.849	63,45%
Riscos especiais	293	26,62%
Responsabilidades	73.010	220,43%
Automóvel	339.647	98,90%
Transportes	13.673	105,17%
Riscos Financeiros	8.546	448,00%
Total	**621.018**	

(c) Sinistros Ocorridos

2016

Grupos de ramos	Sinistros	Salvados e Ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	98.953	–	50.070	149.023
Riscos especiais	–	–	74	74
Responsabilidades	40.138	–	48.914	89.052
Automóvel	269.697	(26.530)	(6.048)	237.119
Transportes	5.818	–	(5.339)	479
Riscos Financeiros	(5.015)	–	(319)	(5.334)
Total	**409.591**	**(26.530)**	**87.352**	**470.413**

2015

Grupos de ramos	Sinistros	Salvados e Ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	92.948	–	24.983	117.931
Riscos especiais	–	–	78	78
Responsabilidades	105.524	–	55.411	160.935
Automóvel	329.451	(20.396)	26.847	335.902
Transportes	7.923	–	6.456	14.379
Riscos Financeiros	5.540	–	32.748	38.288
Total	**541.386**	**(20.396)**	**146.523**	**667.513**

(d) Resultado com retrocessão

2016

Grupos de ramos	Sinistros, salvados e ressarcimentos	IBNR	Prêmio	Variação da provisão de prêmios não ganhos	Total
Patrimonial	100.028	46.814	(144.453)	(48.829)	(46.440)
Riscos especiais	–	74	51	(180)	(55)
Responsabilidades	38.768	43.879	(46.172)	(14.389)	22.086
Automóvel	960	(37)	(3.279)	–	(2.356)
Transportes	5.806	(3.260)	(9.901)	(531)	(7.886)
Riscos Financeiros	(4.981)	(317)	(27.792)	14.655	(18.435)
Total	**140.581**	**87.153**	**(231.546)**	**(49.274)**	**(53.086)**

2015

Grupos de ramos	Sinistros, salvados e ressarcimentos	IBNR	Prêmio	Variação da provisão de prêmios não ganhos	Total
Patrimonial	88.414	22.604	(214.904)	31.517	(72.369)
Riscos especiais	–	78	(473)	180	(215)
Responsabilidades	102.282	53.714	(74.113)	3.563	85.446
Automóvel	820	117	(1.930)	–	(993)
Transportes	7.908	4.635	(13.381)	(25)	(863)
Riscos Financeiros	5.502	32.528	(22.621)	14.488	29.897
Total	**204.926**	**113.676**	**(327.422)**	**49.723**	**40.903**

(e) Despesas administrativas

	2016	2015
Pessoal	(4.996)	(2.401)
Serviços de terceiros	(1.067)	(596)
Localização e funcionamento	(511)	(515)
Despesas com publicações	(375)	(131)
Despesas com donativos e contribuições	–	(43)
Despesas administrativas diversas	(115)	(59)
Total	**(7.064)**	**(3.745)**

(f) Despesas com tributos

	2016	2015
Impostos federais	(11.292)	(18.319)
Taxa de fiscalização	(1.211)	(717)
Outros tributos	(78)	–
Total	**(12.581)**	**(19.036)**

(g) Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras	**146.290**	**115.233**
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	70.702	52.946
Receitas financeiras com operações de resseguro	28.980	26.778
Outras receitas financeiras*	46.608	35.509
Despesas financeiras	**(75.305)**	**(63.532)**
Despesas financeiras com operações de resseguro	(28.170)	(27.421)
Outras despesas financeiras*	(47.135)	(36.111)
Total	**70.985**	**51.701**

*Outras receitas e outras despesas financeiras são representadas substancialmente pela oscilação cambial apresentada na movimentação da conta de banco em moeda estrangeira, deduzido do impacto da provisão de juros sobre o capital no valor de R$ 13.139 mil em 2016.

:: 17. Partes relacionadas

(a) Despesas compartilhadas

A Resseguradora possui um contrato de compartilhamento de despesas administrativas com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A.. Em 31 de dezembro de 2016, o montante devido é de R$ 2.490 mil (R$ 342 em 31 de dezembro de 2015).

Os valores de remuneração dos administradores da Resseguradora fazem parte das demonstrações financeiras da Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

(b) Operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Zurich Insurance Company e Zurich Insurance Public Limited Company.

A Resseguradora possui operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Seguradora, de resseguro aceito, com a Zurich Insurance Company, Resseguradora admitida e com a Zurich Insurance Public Limited Company, Resseguradora eventual, de retrocessão cedida. A Seguradora, a Resseguradora admitida e a Resseguradora eventual fazem parte do Grupo Zurich Financial Services.

	2016 Ativo e passivo	2015 Ativo e passivo
Valores a receber:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	156.698	271.376
Zurich Insurance Company	24.331	38.054
Zurich Insurance Public Limited Company	543	332
Valores a pagar:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	384.681	395.705
Zurich Insurance Company	57.211	25.582
Zurich Insurance Public Limited Company	364	303
	Receitas e despesas	**Receitas e despesas**
Receitas:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	504.214	622.022
Zurich Insurance Company	(1.857)	3.878
Zurich Insurance Public Limited Company	640	–
Despesas:		
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	383.060	81.416
Zurich Insurance Company	33.662	3.236
Zurich Insurance Public Limited Company	1.177	(15)

:: 18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

continua na página seguinte …

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 14.387.387/0001-95

DIRETORES

David Alejandro Colmenares Spence **Glaucia Asvolinsque Diogo de Faria Smithson** **Celso Gomes Soares Júnior**

CONTADORA

Ana Paula Lima Petri Venturini
CRC SP 267.635/O-1

ATUÁRIA

Alda Regina Bogado Fassbender
MIBA 1674

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** ("Resseguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Resseguradora.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Resseguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Resseguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos.

As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2016, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram:

a) Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;

b) Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2016 e dos relatórios emitidos;

c) Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2016;

d) Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;

e) Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2016.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2016 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2016, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Resseguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2016.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Resseguradora relativa ao exercício de 2016, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2016.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017

Membros

Edson Saraiva João Aldemir Dornelles Júlio de Albuquerque Bierrenbach

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.**

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo-SP – Brasil 05001-903
CNPJ/MF nº 02.646.397/0001-19 – CIBA 105
Carlos Eduardo Silva Teixeira – MIBA 729

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Zurich Resseguradora Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Resseguradora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP 000.160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP 127.241/O-0